

Carta Nacional do Rio de Janeiro – 1ª conferência nacional livre de saúde da pessoa com deficiência

Nós, pessoas com deficiência, somos 23,9% da população do Brasil.

Somos um grupo grande e diferente de pessoas.

Temos uma coisa em comum: sofremos preconceito.

As pessoas acham que:

- não somos capazes
- não somos produtivos
- valem menos do que as pessoas sem deficiência.

Sempre fomos deixados de lado.

Não respeitam nossos direitos.

O Brasil tem leis avançadas:

- Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- Lei Brasileira de Inclusão
- Resolução nº 452 do Ministério da Saúde, que determina o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF

Mas nossos direitos continuam desrespeitados.

Vivemos todos os dias o capacitismo, que é o preconceito contra as pessoas com deficiência.

Falta atendimento acessível a serviços de qualidade e humanizado.

Os países mais pobres e desiguais têm mais pessoas com deficiência.

A deficiência e a pobreza andam juntas.

A falta de acesso à saúde prejudica a autonomia e a prevenção à deficiência.

A exclusão é a principal causa dos problemas de saúde, e não a nossa deficiência.

Somos impedidas de participar das escolhas, e somos invisíveis nas decisões políticas.

Só 1 em cada 100 pessoas candidatas tinham deficiência nas eleições de 2022.

Os

- Sistemas de informações
- Editais de pesquisa
- Planejamento de ações

- Processos do SUS
- Formação das trabalhadoras de saúde

não levam em conta:

- violações de direitos
- crescimento da população com deficiência
- falta de qualificação dos trabalhadores de saúde
- dificuldade de acesso
- atitude médica.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência e as diretrizes do SUS dizem que todas as pessoas com deficiência devem ter acesso à saúde igualmente, não só à reabilitação.

Para isso, é preciso melhorar a informação sobre a deficiência e a formação de trabalhadores da saúde e de gestores, em todo Brasil.

Na gestão dos serviços de saúde, é preciso apontar, no cadastro dos usuários:

- existência de deficiência,
- necessidade de mediação e de tecnologias assistivas no território,
- educação permanente para identificar riscos e vulnerabilidades específicos.

É preciso um modelo único de avaliação biopsicossocial da deficiência regulamentado no lugar do modelo biomédico - e capacitista - que nega a integralidade das pessoas.

É preciso debater para que o Brasil se reconstrua e renasça em um novo “amanhã”, sem ataques a nossos corpos, como aconteceu no último período.

Realizamos essa conferência para dizer que não! **NÃO SOMOS CORPOS MATÁVEIS!**

Somos:

- mulheres
- homens
- pessoas LGBTI+
- pessoas idosas
- pessoas negras
- indígenas
- pessoas ativas profissionalmente
- pessoas em situação de rua
- periféricas
- nortistas
- nordestinas
- de todas as regiões brasileiras
- pessoas com doenças raras
- pessoas vivendo com HIV
- outras condições crônicas

entre tantas identidades políticas.

A presença atuante das pessoas com deficiência é fundamental para que o amanhã seja outro dia, respeitando o lema de luta “nada sobre nós, sem nós”, acolhido na nossa Política Nacional de Saúde!

Não se:

- pensa em saúde
- planeja saúde
- define diretrizes e protocolos clínicos
- define projeto terapêutico singular

para a pessoa com deficiência sem a sua participação, em toda sua diversidade!

Lutamos para reexistir e exigimos a eliminação das barreiras à nossa participação em condições de igualdade.

Não admitimos mais seguir

- marginalizadas
- invisibilizadas
- violadas
- com fome
- sem acesso a trabalho
- educação
- moradia

- condições dignas de vida.

Não há justiça social sem levar em conta a nossa luta.

Nossa Conferência livre defende:

- vacinação de toda a população brasileira
- prioridade para populações vulnerabilizadas, entre elas as pessoas com deficiência
- fim dos cuidados pautados pelo modelo biomédico da deficiência
- combate ao capacitismo na saúde
- transversalidade da deficiência nas diferentes políticas de saúde
- respeito à prerrogativa da participação
- formação continuada para o cuidado à saúde das pessoas com deficiência
- respeito à sua dignidade, ao seu protagonismo e à sua condição humana, antes de qualquer outra característica.

Nossas propostas precisam ser aceitas com planejamento dos programas e orçamento, com prioridade para enfrentar o abandono prolongado:

- recursos humanos e orçamentários para a concessão de tecnologia assistiva,
- medicamentos,
- fórmulas nutricionais entre outros.

Entre nós estão as pessoas com condições psicossociais que precisam de mais equipes de atendimento de saúde mental, que as coloquem como participantes nas condutas de atendimento e decisões.

As pautas democráticas, desmontadas nos últimos anos, precisam ser retomadas e tantas outras necessidades, que não chegaram a avançar, devem ser também incorporadas.

Por isso, o protagonismo desse evento é das pessoas com deficiência e familiares aliados à luta anticapacitista.

As trinta e quatro instituições que propuseram esta conferência nos mostram o engajamento coletivo para a construção de futuros possíveis de luta política pela inclusão no campo da Saúde Pública.